

Brasil volta a condenar na ONU invasão da Ucrânia, apesar de neutralidade sugerida por Bolsonaro

O Brasil voltou a condenar a invasão da Ucrânia pela Rússia, em discurso na Assembleia-Geral da ONU nesta segunda (28), um dia após o presidente Jair Bolsonaro dizer que o país ficará neutro no conflito.

“Nos últimos anos, temos visto uma deterioração progressiva da situação de segurança e do balanço de poder na Europa Oriental. O enfraquecimento dos Acordos de Minsk por todas as partes e o descrédito das preocupações com a segurança vocalizadas pela Rússia prepararam o terreno para a crise que estamos vendo. Deixe-me ser claro, no entanto: esta situação não justifica o uso da força contra o território de um estado

membro”, disse Ronaldo Costa Filho na tribuna da ONU.

Costa Filho pediu que os órgãos das Nações Unidas trabalhem de forma conjunta em busca de soluções, pois a crise atual pode ter impacto muito mais amplo se não for contida. “Estamos sob uma rápida escalada de tensões que pode colocar toda a humanidade em risco. Mas ainda temos tempo para parar isso”, alertou.

A Assembleia-Geral realiza uma reunião extraordinária nesta segunda (28) para tratar da crise na Ucrânia. O evento, que começou por volta das 10h em Nova York (12h em Brasília), deve ter discursos de representantes de mais de cem países e debater uma resolução condenando a invasão russa.

No entanto, a assembleia não tem poder para aplicar medidas, como sanções ou envio de missões de paz. Apenas o Conselho de Segurança tem autoridade para isso. O CS é formado por 15 países, sendo cinco fixos e com poder de veto e mais dez em vagas rotativas. O Brasil atualmente ocupa uma posição temporária. Como a Rússia é membro permanente, pode barrar medidas contra si mesma.

Esta é apenas a 11ª vez que uma reunião emergencial da Assembleia-Geral da ONU é convocada desde a criação da entidade, em 1945. A convocação faz parte de uma estratégia para aumentar a pressão sobre a Rússia e desviar do poder de veto que Moscou tem no CS.

Rafael Balago/Folhapress



Economia



Guerra entre Rússia e Ucrânia pode impactar inflação e PIB no Brasil

Página - 03

Venda de ivermectina salta de 1,5 milhão para 5,5 milhões em janeiro

Página - 03

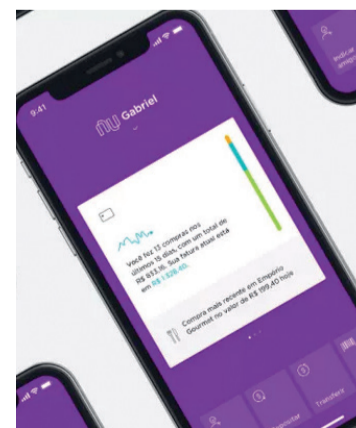


Riachuelo faz parceria com IPT para reciclagem de roupas

Página - 12

No Nubank, 53,9 milhões de clientes e um desafio: crescer a receita média

Página - 12



Política

Pito que Bolsonaro deu em mercado revela eixo de sua campanha à reeleição

Página - 04

Processo de Lula após ameaça com arma esbarra em vai e vem entre juízes e completa um ano

Página - 04

No Mundo

Rússia e Ucrânia terminam reunião sem avanços e anunciam 2ª rodada de conversas



A rodada de negociações entre Rússia e Ucrânia, realizada nesta segunda-feira (28), em Gomel, na Belarus, acabou com o resultado esperado: sem avanços claros. Os representantes dos dois países concordaram em voltar a suas capitais para discutir pontos da conversa e devem marcar uma segunda rodada de reuniões, informou a agência estatal russa RIA, citando um funcionário do governo ucraniano.

Representantes dos 2 países desembarcaram na cidade belarussa, próximo à fronteira ucraniana, no início da tarde no horário local, manhã

no Brasil, com objetivos claros de um lado, mas sem uma agenda anunciada do outro.

Kiev buscava um cessar-fogo e a retirada das tropas russas, enquanto Moscou se limitou a dizer que esperava chegar a um acordo, sem dar mais detalhes. O Kremlin tem em mente que a Ucrânia não deve integrar a Otan, a aliança militar ocidental, e, por tabela, a União Europeia – a neutralidade da Ucrânia é o ponto principal das demandas feitas por Putin, enquanto reunia quase 200 mil soldados em torno do vizinho.

Antes mesmo das negociações, o presidente Volodimir Zelenski pediu acesso

imediatamente ao bloco europeu sob um procedimento especial nesta segunda, o que o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, garantiu que seria debatido, apesar de haver divergências entre os 27 membros do bloco sobre o assunto. O ingresso pode alimentar ainda mais as tensões.

Essa primeira rodada de conversa já ocorreu sob certa resistência. Zelenski inicialmente havia rejeitado o convite do Kremlin para uma negociação, que poderia ser vista como uma rendição. Há hipóteses que apontam que Vladimir Putin queira derrubar o ucraniano e desmembrar parte do país. Patricia Pamplona/Folhapress

Tradicionalmente neutra, Suíça adota sanções da União Europeia contra Rússia

A Suíça, que tem tradição política de neutralidade, adotará as sanções impostas pela União Europeia contra russos envolvidos na invasão da Ucrânia.

Entre as retaliações estão sanções financeiras contra o presidente Vladimir Putin, o primeiro-ministro Mikhail Mishustin e o ministro das Relações Exteriores do país, Serguei Lavrov. As punições têm efeito imediato.

“A Suíça reafirma sua solidariedade à Ucrânia e a seu povo e entregará suprimentos de emergência para pessoas que fugiram para a Polônia”, comunicou o governo suíço nesta segunda-feira (28).

O presidente suíço, Ig-

nazio Cassis, afirmou que as medidas representam um “grande passo para o país” e que o Conselho Federal tomou a decisão com convicção e de forma inequívoca.

Nos últimos dias, autoridades suíças – que pareciam hesitantes quanto à aplicação de sanções após o início da guerra – estiveram sob forte pressão para se alinharem aos Estados Unidos e à União Europeia. A ministra da Justiça, Karin Keller Sutter, disse também que cinco magnatas russos e ucranianos, “muito próximos de Vladimir Putin” e com vínculos importantes na Suíça, estão proibidos de entrar no país. As suas identidades não foram divulgadas. Folhapress



EUA proíbem qualquer transação com o Banco Central da Rússia



Os Estados Unidos proibiram todas as transações com o Banco Central da Rússia, anunciou o Departamento do Tesouro, uma sanção de efeito imediato e de uma gravidade sem precedentes tomada em coordenação com vários aliados de Washington, em resposta à invasão da Ucrânia.

As duas sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos e seus aliados ao Banco Central da Rússia e outras fontes importantes de riqueza provavelmente aumentarão a inflação russa, prejudicarão seu poder de compra e

reduzirão os investimentos, disseram autoridades norte-americanas nesta segunda, quando as novas medidas foram anunciadas.

O país tem enfrentado medidas de retaliação do Ocidente desde que iniciou uma guerra contra a Ucrânia na última semana. “Esta decisão tem o efeito imobilizar todos os ativos que o Banco Central da Rússia tem nos Estados Unidos ou que estão nas mãos de cidadãos americanos”, afirma um comunicado, o que limitará consideravelmente a capacidade de Moscou para defender sua mo-

eda e apoiar sua economia.

As negociações entre autoridades russas e ucranianas começaram na fronteira bielorrussa nesta segunda, enquanto a Rússia enfrentava um isolamento econômico cada vez mais profundo quatro dias depois de invadir a Ucrânia no maior ataque a um Estado europeu desde a Segunda Guerra Mundial.

O Departamento do Tesouro dos EUA em comunicado na segunda-feira disse que também impôs sanções a um importante fundo soberano russo, o Fundo Russo de Investimento Direto. Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Guerra entre Rússia e Ucrânia pode impactar inflação e PIB no Brasil



A invasão da Ucrânia por tropas russas pode produzir impactos econômicos a mais de 10 mil quilômetros de distância. O Brasil pode sentir os efeitos do conflito por meio de pelo menos três canais: combustíveis, alimentos e câmbio. A instabilidade no Leste europeu pode não apenas impactar a inflação como pode resultar em aumentos adicionais nos juros, comprometendo o crescimento econômico para este ano ao reduzir o espaço para a melhoria dos preços e do consumo.

Segundo a pesquisa Sondagem da América Latina, divulgada nesta semana pela Fundação Getúlio Vargas

(FGV), as turbulências na Ucrânia devem agravar as incertezas que pairam sobre a economia global nos últimos meses. No Brasil, os impactos deverão ser ainda mais intensos. Uma das razões é a exposição maior aos fluxos financeiros globais que o restante da América Latina, com o dólar subindo e a bolsa caindo mais que na média do continente.

A própria pesquisa, que ouviu 160 especialistas em 15 países, constatou a deterioração do clima econômico. Na média da América Latina, o Índice de Clima Econômico caiu 1,6 ponto entre o quarto trimestre de 2021 e o primeiro trimestre deste ano, de 80,6 para 79 pontos. No

Brasil, o indicador recuou 2,8 pontos, de 63,4 para 60,6 pontos, e apresentou a menor pontuação entre os países pesquisados.

Grande parte da queda atual deve-se ao Índice de Situação Atual, um dos componentes do indicador, que reflete o acirramento das tensões internacionais e o encarecimento do petróleo no início de 2022. O outro componente, o Índice de Expectativas, continuou crescendo, tanto no continente como no Brasil, mas a própria FGV adverte que o indicador que projeta o futuro também pode deteriorar-se caso o conflito entre Rússia e Ucrânia se prolongue.

Wellton Máximo/ABR

Como a invasão russa à Ucrânia está impactando a aviação global



Ucrânia, Moldávia e parte da Bielorrússia fecharam totalmente seus espaços aéreos, resultando no cancelamento de voos nos países, além de proibir o tráfego aéreo regular de passar pelo espaço fechado. A Agência de Segurança da Aviação da União Europeia (EASA) dobrou seu alerta de segurança existente na sexta-feira (25), expandindo o alerta para companhias aéreas e outros operadores civis de 100 milhas náuticas para 200 milhas náuticas da fronteira ucraniana com a Rússia devido a temores de “mísseis de médio alcance penetrando em espaço aéreo controlado.” A EASA disse, na quinta-feira (24), que “os operadores devem ter extrema cautela”.

Venda de ivermectina salta de 1,5 milhão para 5,5 milhões em janeiro

A procura por remédios do chamado kit Covid, que não têm eficácia contra a doença, mas foram recomendados pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) na pandemia, explodiu em janeiro nas farmácias diante do avanço da variante ômicron.

O maior salto foi o da ivermectina, vermífugo para sarna e piolho, que atingiu o volume mais alto de vendas desde o pico da pandemia, no ano passado.

O número de unidades comercializadas foi de 1,5 milhão em dezembro para quase 5,5 milhões em janeiro,

segundo a consultoria Iqvia, que monitora o varejo farmacêutico. Em março de 2021, haviam sido comercializadas 15,6 milhões de caixas.

Já a cloroquina saiu de 103 mil unidades para cerca de 164 mil na mesma base de comparação. O volume é o maior desde junho, que teve quase 219 mil unidades vendidas, de acordo com a Iqvia.

A demanda pelos medicamentos vinha em trajetória de queda desde o final do primeiro semestre de 2021, mas voltou a subir quando a ômicron chegou ao Brasil, nos últimos meses do ano.

Joana Cunha/Folhapress



“Em particular, existe o risco de direcionamento intencional e identificação errônea de aeronaves civis”, disse a agência. “A presença e o possível uso de uma ampla gama de sistemas de guerra terrestres e aéreos representam um alto risco para voos civis operando em todas as altitudes e níveis”.

Como resultado dos fechamentos e voos militares, o espaço aéreo sobre a Ucrânia e sua fronteira com a Rússia está vazio, de acordo com sites de rastreamento de voos. Um voo da El Al com destino a Toronto fez uma rápida inversão no espaço aéreo ucraniano na quinta-feira (24), mostrou o site de rastreamento FlightRadar24. Um avião operado pela LOT Polish Airlines com destino a Kiev deu

meia-volta, assim como voos com destino a Kiev operados pela Air India e Aegean Airlines, segundo a Reuters.

Há riscos reais em voar sobre zonas de conflito — como a queda do voo 17 da Malaysia Airlines em 2014 sobre o leste da Ucrânia por um míssil de fabricação russa, matando 298 pessoas. Autoridades ocidentais e uma investigação liderada pela Holanda disseram que o presidente russo, Vladimir Putin, é o responsável pelo incidente, uma acusação que Putin negou.

Antes desta atualização, a FAA proibia voar apenas na região leste da Ucrânia desde 2014, embora nenhuma companhia aérea dos EUA opere voos de ou para a Ucrânia.

CNN Brasil

Política

Pito que Bolsonaro deu em mercado revela eixo de sua campanha à reeleição



O sermão que Jair Bolsonaro (PL) deu no evento com expoentes do mercado financeiro e do mundo empresarial, na última quarta-feira (23), expôs de forma didática e resumida o que deve ser a tônica de sua campanha à reeleição.

Em tom de cobrança e novamente insinuando possibilidade de ruptura democrática caso as urnas lhe sejam desfavoráveis, o presidente da República inflou feitos econômicos e a qualidade de sua equipe de ministros, reavivou a pauta ideológica e apontou em Lula (PT) o risco do autoritarismo que, na realidade, pautou boa parte de sua própria gestão.

Tudo na tentativa de passar a imagem de que só ele é a opção eleitoral que manterá o país nos trilhos da economia e da democracia.

A tática usada é a mesma colocada em prática desde a campanha de 2018, o que inclui acusar adversários de fazer aquilo que ele próprio pratica.

Bolsonaro, por exemplo, disse que o “outro lado” antecipou a campanha, afirmando não ter cedido a isso, apesar de suas motocicletas e demais eventos, assim como o próprio discurso no evento do banco BTG Pactual.

Além dos temas econômicos, objeto do encontro, ele disse que a volta do PT ao poder significa o fortaleci-

mento do MST, recolhimento de armas “das mãos dos cidadãos de bem”, desmilitarização das Polícias Militares, extinção dos colégios militares, liberação das drogas, legalização do aborto e reaproximação a ditaduras de esquerda, como Cuba.

“O outro lado defende exatamente tudo isso daí”, resumiu o pacote misturando verdades a meias-verdades e mentiras, tudo costurado com tom altamente ideológico.

Um dos pontos altos de sua inflamada fala foi a afirmação de que o país só não se tornou um regime mais fechado porque ele resistiu, o que não encontra amparo nos fatos.

Ranier Bragon/Folhapress

Processo de Lula após ameaça com arma esbarra em vai e vem entre juízes e completa um ano



O processo movido por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) contra o empresário José Sabatini, que gravou vídeo em que ameaçou atirar nele, completa um ano em março e, mesmo com tramitação prioritária, não tem decisão.

Um passa e repassa entre comarcas atrasou o andamento do processo. Após pedido do Ministério Público de São Paulo, a 4ª Vara Criminal de São Bernardo do Campo, onde morava Lula, remeteu o caso para a comarca de Artur Nogueira, cidade de Sabatini, em março de 2021.

O argumento apresentado pela Promotoria foi o de que crimes contra a honra cometidos em local indefinido, se-

STF confirma suspensão de contas pelo Telegram após decisão de Moraes

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou por meio de nota, no sábado (26), que o aplicativo de mensagens instantâneas Telegram cumpriu a decisão do ministro Alexandre de Moraes e suspendeu três contas atribuídas a um dos investigados pela “suspeita de liderar esquema de financiamento de milícias digitais no Brasil”.

Moraes determinou, na sexta-feira (25), que a rede social bloqueasse alguns perfis da plataforma em até 24 horas. Caso a plataforma desrespeitasse a decisão, o ministro ameaçou suspender os serviços do Telegram no país por 48h, além de multa de R\$ 100 mil por dia.

A decisão se deu em uma ação sigilosa envolvendo o blogueiro bolsonarista Allan dos Santos, alvo de um mandado de prisão emitido pelo

próprio Alexandre de Moraes e até hoje não cumprido, já que Santos vive nos Estados Unidos.

“O uso do Telegram se revela como mais um dos artificios utilizados pelo investigado para reproduzir o conteúdo que já foi objeto de bloqueio nestes autos, burlando decisão judicial, o que pode caracterizar, inclusive, o crime de desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito (art. 359 do Código Penal), afirmou Moraes em sua decisão.

O ministro também disse que “a utilização de vários perfis, criados com a intenção de se esquivar dos bloqueios determinados, tem sido prática recorrente de Allan Lopes dos Santos para a continuidade da prática delitiva, comportamento que deve ser restringido”.

CNN Brasil



gundo o Código de Processo Penal, devem ser julgados na comarca do local da residência do réu.

No caso em questão, como o local em que Sabatini gravou o vídeo com ameaças a Lula é desconhecido, ele deveria ser julgado na cidade do interior de São Paulo. A juíza Lizandra Maria Lapenna Peçanha, de São Bernardo do Campo, acolheu o argumento.

Por sua vez, o juiz Paulo Henrique Aduan Correa, da comarca de Artur Nogueira, ao receber os autos, acionou o TJ-SP em outubro do ano passado argumentando que o caso deveria ser julgado na cidade do Grande ABC.

O magistrado argumentou, citando jurisprudência do TJ-SP, que, em casos em que

o local de origem das injúrias é desconhecido, a cidade de residência da vítima é tomada como espaço de consumação do possível crime. Dessa forma, como Lula morava em São Bernardo, a comarca de lá seria a competente para julgar o caso.

Em novembro, o desembargador Luis Soares de Mello decidiu não acatar o argumento e determinou que a comarca de Artur Nogueira é, sim, competente para julgar o processo.

Em gravação divulgada em suas redes sociais em março do ano passado, José Sabatini diz que Lula “vai ter problema” e dá tiros com uma arma de fogo em alvos pendurados em uma trave de futebol.

Fábio Zanini/Folhapress



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da American Life Companhia de Seguros referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e dos relatórios dos auditores independentes relativos à auditoria das demonstrações financeiras e a auditoria atuarial. Em 2021 o país foi submetido a consideráveis desafios. Superação e reinvenção foram as alternativas para as adversidades trazidas pela pandemia, cujos efeitos foram sentidos por todos. Ainda assim, a American Life apresentou crescimento em prêmios emitidos e prêmios ganhos 16% e 1% respectivamente. Vários cenários se apresentam com inúmeras oportunidades, como a entrada em novos segmentos e lançamento de produtos inovadores. A American Life acredita

ser esta a forma de enfrentar este ano de 2022. A política de investimentos se manteve conservadora; a quase totalidade dos recursos (94%) foram mantidos em títulos públicos federais. A distribuição de dividendos acompanha o disposto na legislação vigente e no Estatuto Social. A American Life Companhia de Seguros agradece aos seus Segurados, Corretores e demais parceiros de negócios e também à Superintendência de Seguros Privados SUSEP, a confiança depositada na Empresa, e aos nossos colaboradores pela dedicação e valiosas contribuições no desenvolvimento da Seguradora.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2022.

Diretoria

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais

Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		303.344	224.711	Circulante		290.598	166.577
Disponível		4.769	6.383	Contas a pagar		2.647	5.269
Caixa e bancos	5	4.769	6.383	Obrigações a pagar	15.1	64	2.578
Aplicações	6	110.148	119.858	Impostos e encargos sociais a recolher	15.2	1.352	1.310
Créditos das operações seguros e resseguros		96.721	42.716	Encargos trabalhistas	15.3	870	868
Prêmios a receber	7.1	82.222	34.700	Impostos e contribuições	15.4	361	513
Operações com seguradoras	7.2	1.840	1.572	Débitos de operações com seguros e resseguros		141.274	49.750
Operações com resseguradoras	7.3	12.659	5.264	Prêmios a restituir		293	626
Outros créditos operacionais	8	188	279	Operações com seguradora		2.587	5.559
Ativos de resseguro - provisões técnicas	9	66.437	35.231	Operações com resseguradoras	16	127.891	33.853
Títulos e créditos a receber		2.837	1.020	Corretores de seguros e resseguros	17	10.503	9.712
Títulos e créditos a receber		-	24	Depósitos de terceiros	18	1.450	564
Créditos tributários e previdenciários	10.1.1	1.789	87	Provisões técnicas - seguros	19	145.227	110.994
Depósitos judiciais e fiscais		647	777	Danos		91.615	46.412
Outros créditos a receber	11	401	132	Pessoas		53.612	64.582
Outros valores e bens		16	43	Não circulante		154.862	108.095
Despesas antecipadas		16	37	Contas a pagar		156	170
Custo de aquisição diferido	12	22.212	20.324	Tributos diferidos	15.4	156	170
Seguros		22.212	20.324	Débitos das Operações com Seguros e Resseguros		3.110	2.050
Não circulante		184.787	94.224	Corretores de Seguros e Resseguros	17	3.110	2.050
Realizável a longo prazo		183.743	93.036	Provisões técnicas - seguros	19	150.672	105.019
Créditos das operações com seguros e resseguros		55.313	9.960	Danos		96.773	59.906
Prêmios a receber	7.1	55.313	9.960	Pessoas		53.899	45.113
Ativos de resseguro - provisões técnicas	9	81.200	31.949	Outros débitos		924	856
Títulos e créditos a receber		1.964	1.904	Provisões Judiciais	20.1	924	856
Créditos tributários e previdenciários	10.1.1	1.910	1.850	Patrimônio líquido		42.671	44.263
Outros créditos a receber	11	54	54	Capital social	21.1	32.278	32.278
Custo de aquisição diferidos	12	45.267	49.223	Reservas de reavaliação	21.2	235	256
Seguros		45.267	49.223	Reservas de lucros	21.3	10.158	11.729
Investimentos	13	227	233	Total do passivo e do patrimônio líquido		488.131	318.935
Participações societárias		227	233				
Imobilizado	14	816	955				
Imóveis de uso próprio		576	612				
Bens móveis		240	343				
Total do ativo		488.131	318.935				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária		
Em 31 de dezembro de 2019	32.278	277	2.220	8.561	-	43.336
Realização da reserva de reavaliação	-	(35)	-	-	35	-
Constituição de tributos sobre reserva de reavaliação	-	14	-	-	-	14
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.640	3.640
Dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	(737)	-	(737)
Proposta p/ distribuição do resultado						
Reserva legal	-	-	182	-	(182)	-
Reserva de lucro	-	-	-	1.503	(1.503)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(1.990)	(1.990)
Em 31 de dezembro de 2020	32.278	256	2.402	9.327	-	44.263
Saldo em 1º de janeiro de 2021	32.278	256	2.402	9.327	-	44.263
Realização da reserva de reavaliação	-	(35)	-	-	35	-
Constituição de tributos sobre reserva de reavaliação	-	14	-	-	-	14
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(306)	(306)
Reversão de Dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	737	-	737
Proposta p/distribuição do resultado						
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Utilização de Reserva de Lucro	-	-	-	(2.308)	2.308	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(2.037)	(2.037)
Em 31 de dezembro de 2021	32.278	235	2.402	7.756	-	42.671

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A American Life Companhia de Seguros ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar nos ramos de seguros de pessoas e danos em todo território nacional, podendo ainda participar de outras sociedades, conforme definido na legislação em vigor. Sua composição acionária se dá de 99,9% de ações ao Sr. Pedro Pereira de Freitas e 0,01% de ações destinadas ao Sr. Paulo de Oliveira Medeiros e Francisco de Assis Fernandes. **2. Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. A emissão das demonstrações financeiras da Seguradora foi autorizada pela Administração em 28 de fevereiro de 2022. **2.1 Base de preparação:** As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão em conformidade com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela SUSEP, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as Sociedades Seguradoras, de Capitalização e Entidades Abertas de Previdência Complementar, através da Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores. O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021 está sendo apresentado comparativamente com o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020. As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação ao valor justo de ativos financeiros na categoria "avaliados ao valor justo através do resultado". As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora em curso normal. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. **2.2 Conversão de moeda estrangeira:** (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário, ou principal, no qual a Seguradora atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Seguradora. (b) **Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira:** As transações denominadas em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do período. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias e outros ativos de curto prazo com vencimento original de três meses ou período menor, de alta liquidez e com baixo risco de variação ao valor de mercado. **2.4 Ativos financeiros:** **2.4.1 Classificação e mensuração:** Os ativos financeiros no reconhecimento inicial são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, e que determinará o método de mensuração e a forma de reconhecimento dos ganhos ou perdas dos ativos. Os ativos financeiros apresentados como "Valor justo por meio do resultado" são ajustados na data do balanço pelo seu valor de mercado. (a) **Ativos financeiros mensuráveis ao valor justo por meio do resultado:** Esta categoria

compreende duas subcategorias: ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado no momento inicial de sua aquisição. Apenas os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia é a negociação ativa e frequente estão classificados nesta categoria e a contabilização dos ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado. (b) **Recebíveis:** Incluem-se nesta categoria os recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Seguradora compreendem "Prêmios a receber", "Ativos de resseguros" e "Demais contas a receber". Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros e são avaliados por impairment (recuperação) a cada data de balanço. (c) **Determinação do valor justo dos ativos financeiros:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas e/ou metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado; referências ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar; fluxo de caixa descontado; e/ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. **2.4.2 Compensação de ativos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são apresentados, substancialmente, de forma segregada no balanço patrimonial da Seguradora. **2.5 Impairment (análise de recuperabilidade) de ativos financeiros e não financeiros:** (a) **Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo recebíveis):** Os ativos classificados nesta categoria, após seu reconhecimento inicial, são avaliados pela Seguradora a cada data de balanço e havendo evidência objetiva de perda por impairment, é efetuado registro no resultado do período. No que se refere aos prêmios de seguros de danos e pessoas e créditos junto à resseguradoras, a provisão para redução ao valor recuperável é apurada considerando o critério definido no artigo 168 da Circular SUSEP nº 517/2015, o estudo elaborado considera histórico de perdas e os riscos de inadimplência, a base de dados utilizada contempla todos os prêmios a receber oriundos de seguros diretos, não há exclusão de nenhuma parcela em aberto, seja ela de: "prêmios a receber relativos a riscos decorridos ou prêmios a receber vencidos e não pagos, referentes a apólices cuja vigência tenha expirado e que não tenham sido canceladas" conforme evidência o artigo 169 da circular supracitada. Desse modo, o estudo em questão e todo o seu desenvolvimento, através dos percentuais estabelecidos para o "Gross Provision Factor" contemplam a totalidade de valores a receber pela seguradora e créditos junto à resseguradoras. (b) **Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros que apresentam vida útil indefinida são testados por impairment anualmente. Para os demais ativos não financeiros, o teste é realizado se houver indicação de que o ativo possa ter sofrido desvalorização. Uma perda por impairment é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo é superior ao seu valor recuperável através da venda ou uso. Para a identificação da necessidade de realização do teste de impairment alguns aspectos são analisados pela administração, tais como: diminuição acima do esperado do valor de mercado de um ativo; mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade que tenham ocorrido durante o período em análise; mudanças nas taxas de juros de mercado ou de retorno sobre investimentos; evidência de obsolescência ou de dano físico de um ativo; dentre outros. O teste é feito agrupando-se os ativos nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment antes do final do período. **2.6 Avaliação de contratos de resseguro:** Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores, sendo avaliados consistentemente com os saldos de passivos que foram objeto de resseguro e

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais (exceto o lucro por ação)

Demonstração do resultado	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios emitidos		311.276	267.994
Variação das provisões técnicas de prêmios	24	(78.959)	(38.898)
Prêmios ganhos	23	232.317	229.096
Sinistros ocorridos	23	(93.399)	(70.114)
Custos de aquisição	25	(81.733)	(87.998)
Outras receitas e despesas operacionais	26	(1.277)	(7.387)
Resultado com resseguro	27	(25.624)	(19.901)
Receita com resseguro		28.619	20.433
Despesa com resseguro		(54.243)	(40.334)
Despesas administrativas	28	(28.073)	(26.771)
Despesas com tributos	29	(7.900)	(8.685)
Resultado financeiro	30	4.556	(3.133)
Resultado operacional		(1.132)	5.107
Resultado antes dos impostos e participações		(1.132)	5.107
Imposto de renda	10.1.2	787	(823)
Contribuição social	10.1.2	472	(530)
Participações sobre o resultado		(435)	(114)
Lucro líquido(prejuízo) do exercício		(306)	3.640
Quantidade de ações		27.114.539	27.114.539
Lucro líquido(prejuízo) por ação - R\$		(0,02)	0,13

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em milhares de reais (exceto o lucro por ação)

Demonstração do resultado abrangente	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	(306)	3.640
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	(306)	3.640

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais

Atividades Operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	(306)	3.640
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	541	1.258
Perda (Reversão de perda) por redução ao valor recuperável dos ativos	157	186
Outros Ajustes	398	1.086
Depósitos judiciais e fiscais	(14)	(14)
Variação nas contas patrimoniais:	765	(1.749)
Ativos financeiros	9.710	(17.955)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(100.936)	(7.226)
Ativos de Resseguro	(80.457)	(30.115)
Créditos fiscais e previdenciários	(1.702)	(981)
Depósitos judiciais e fiscais	130	(179)
Despesas antecipadas	21	(27)
Custos de Aquisição Diferidos	2.074	(10.607)
Outros Ativos	(187)	394
Impostos e contribuições	405	2.318
Outras contas a pagar	(1.719)	144
Débitos de operações com seguros e resseguros	92.586	18.046
Depósitos de terceiros	886	(38)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	79.885	44.126
Provisões judiciais	69	351
Total	1.000	3.149
Impostos sobre lucro pagos	(558)	(2.556)
Caixa Líquido Gerado /Consumido nas atividades Operacionais	442	593
Atividades de Investimento		
Pagamento pela compra/Recebimento pela venda Investimentos	-	(52)
Imobilizado	(19)	(18)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(19)	(70)
Atividades de Financiamento		
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(2.037)	(1.990)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(2.037)	(1.990)
Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.614)	(1.467)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	6.383	7.850
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4.769	6.383

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro. **2.7 Ativo imobilizado de uso próprio:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, veículos, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado de uso próprio é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data da preparação das demonstrações financeiras. Após estudo da vida útil dos ativos, concluiu-se que as taxas de depreciação não diferem, substancialmente, das utilizadas pela legislação fiscal vigente. O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados e ajustados, se necessário, a cada balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao seu valor contábil. **2.8 Investimentos:** Os investimentos representam em sua totalidade ações detidas na Seguradora Líder S.A (DPVAT). **2.9 Contratos de arrendamento:** O CPC 06 (R2), estabeleça que na celebração de um contrato, a Seguradora deve avaliar se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Esta norma entrou em vigor para as empresas reguladas pela SUSEP, a partir de 04 de janeiro de 2021, conforme orientações dispostas na Circular nº 615 de 22 de setembro de 2020 da SUSEP, e não houve impactos para as Demonstrações Financeiras. **2.10 Contratos de seguro:** A Seguradora classifica todos seus contratos emitidos como contratos de seguros, uma vez que estes transferem risco significativo de seguro. A Seguradora define como regra geral risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Os contratos de resseguros também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro conforme CPC 11 - Contratos de Seguro. **2.11 Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros** **2.11.1 Passivos de contratos de seguros:** A Seguradora adotou a isenção contida no CPC 11 - Contratos de Seguro e utilizou as políticas e práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil que estão relacionadas adiante, utilizadas para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, se aplicável, de encargos, variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões técnicas descritas a seguir são calculadas com base em metodologias estatísticas e/ou atuariais e seus critérios, premissas e formulações estão detalhadas em Nota Técnica Atuarial. (a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada pelo método *pro rata die*, com base nos

Continua >>>

Continuação>>>															
American Life Companhia de Seguros - CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27															
7.3 Operações com resseguradoras			31/12/2021	31/12/2020	15.4 Impostos e contribuições			31/12/2021	31/12/2020	19. Provisões técnicas de seguros					
Sinistros à recuperar		15.025	6.378	Passivo circulante - impostos e contribuições					Sinistros PDR-Prev. Desp.						
Redução ao valor recuperável		(2.366)	(1.114)	IR e CS					Prêmios não ganhos						
		12.659	5.264	COFINS					Sinistros ocorridos						
8. Outros créditos operacionais			31/12/2021	31/12/2020	PIS					mas não avisados					
Consórcio - DPVAT		1	31	IR S/ Res. de Reavaliação					relacionadas						
Outros créditos		187	248	16. Débitos com operação de resseguro					Total						
		188	279	Local			Eventual	Admitida	Total						
9. Ativos de resseguros - provisões técnicas			31/12/2021	31/12/2020	17. Corretores de seguros e resseguros			31/12/2021	31/12/2020						
PPNG - resseguro		132.968	54.276	Circulante											
Prêmio de Resseguro - RVNE		618	562	Comissões a pagar											
Sinistros pendentes de pagamento		9.932	8.584	Comissões sobre prêmios emitidos											
Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR		3.964	3.668	Não Circulante											
Provisão despesas relacionadas - Resseguro		155	90	Comissões sobre prêmios emitidos											
		147.637	67.180	Local			Eventual	Admitida	Total						
Circulante		66.437	35.231	18. Depósitos terceiros			31/12/2021	31/12/2020							
Não circulante		81.200	31.949	Prêmios e emolumentos											
10. Títulos e créditos a receber: 10.1 Impostos e contribuições:					19.1 Desenvolvimento de sinistros:			As tabelas abaixo apresentam a evolução acumulada bruta e líquida de resseguros das estimativas dos sinistros ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente. O objetivo desta tabela é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Seguradora.							
10.1.1 Créditos tributários e previdenciários					Desenvolvimento de sinistros brutos de resseguro			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	31/12/2021
Circulante			31/12/2021	31/12/2020	Data de aviso										
Imposto de renda a compensar		30	23	Ajuste da IBNR											
Imposto de renda Prejuízos Fiscais		750	50	PSL Jud											
Contribuição social a compensar		12	10	PSL Adm											
Contribuição social Prejuízos Fiscais		450	—	Provisão de Sinistro											
Cofins a compensar		60	47	Pagamentos acumulados			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	31/12/2021	
Pis a compensar		9	7	Após um ano											
Impostos de renda diferido - ajustes temporários		296	—	Após dois anos											
Contribuição social diferida - ajustes temporários		182	—	Após três anos											
		1.789	87	Após quatro anos											
Não circulante			31/12/2021	31/12/2020	Após cinco anos										
Impostos de renda diferido - ajustes temporários		1.194	1.156	Após seis anos											
Contribuição social diferida - ajustes temporários		716	694	Após sete anos											
		1.910	1.850	Provisão de sinistros			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	31/12/2021	
10.1.2 Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro			31/12/2021	31/12/2020	Data de aviso										
	I.R.	C.S.	I.R.	C.S.	Ajuste da IBNR										
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social após participações	(1.567)	(1.567)	4.993	4.993	PSL Jud										
Juros sobre capital próprio	(2.037)	(2.037)	(1.990)	(1.990)	PSL Adm										
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social após participações e JCP	(3.604)	(3.604)	3.003	3.003	Provisão de Sinistro										
Alíquota vigente - %	25	15	25	15	Pagamentos acumulados			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	31/12/2021
IRPJ/CSLL pela alíquota fiscal	(901)	(541)	751	451	Após um ano										
Adições e Exclusões Permanentes	454	454	532	532	Após dois anos										
Adições e Exclusões Temporárias	150	150	2430	2430	Após três anos										
Lucro (prejuízo fiscal) do exercício	(3.000)	(3.000)	5965	5965	Após quatro anos										
IR e CS correntes	(750)	(450)	1.430	895	Após cinco anos										
IR e CS diferidos	(37)	(22)	(607)	(365)	Após seis anos										
Total IR e CS do exercício	(787)	(472)	823	530	Após sete anos										
Alíquota efetiva - %	22	13	27	17	Provisão reestimada			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	31/12/2021
11. Outros créditos			31/12/2021	31/12/2020	Data de aviso										
Circulante					Ajuste da IBNR										
Adiantamentos a funcionários		401	132	PSL Jud											
		401	132	PSL Adm											
Não circulante					Provisão de Sinistro										
Outros créditos a receber - conta Gráfica		54	54	Pagamentos acumulados			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	31/12/2021	
		54	54	Após um ano											
12. Custo de aquisição diferidos:			A classificação e movimentação dos custos de aquisições diferidos é apresentada da seguinte forma em 31 de dezembro de 2021:												
	31/12/2020	Constituição	Reversão	31/12/2021	Data de aviso										
Patrimonial	3	39	(38)	4	Ajuste da IBNR										
Transporte	1.499	23.838	(23.846)	1.491	PSL Jud										
Pessoas coletivo	44.551	660.255	(661.007)	43.799	PSL Adm										
Pessoas individual	17	544	(455)	106	Provisão de Sinistro										
Riscos financeiros	23.477	353.814	(355.212)	22.079	Pagamentos acumulados			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	31/12/2021
	69.547	1.038.490	(1.040.558)	67.479	Após um ano										
Circulante	20.324			22.212	Após dois anos										
Não circulante	49.223			45.267	Após três anos										
	31/12/2019	Constituição	Reversão	31/12/2020	Após quatro anos										
Patrimonial	1	61	(59)	3	Após cinco anos										
Transporte	1.390	20.962	(20.853)	1.499	Após seis anos										
Pessoas coletivo	51.185	859.524	(866.158)	44.551	Após sete anos										
Pessoas individual	60	528	(571)	17	Estimativa corrente										
Riscos financeiros	6.304	275.097	(257.924)	23.477	Passivo reconhecido no balanço										
	58.940	1.156.172	(1.145.565)	69.547	Déficit / Superávit										
13. Investimentos:			As contas de investimentos apresentaram o seguinte saldo:												
	31/12/2021	31/12/2020	Desenvolvimento de sinistros líquidos de resseguro			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	31/12/2021		
Participação Seguradora Líder (DPVAT)	227	233	Data de aviso												
	227	233	Ajuste da IBNR												
14. Imobilizado:			As contas do ativo imobilizado apresentaram as seguintes movimentações:												
	Saldo residual em 31/12/2020	Despesa de depreciação	Valor líquido em 31/12/2021	Taxas anuais depreciação - %	Data de aviso										
Bens de uso próprio	186	—	186	—	Ajuste da IBNR										
Terrenos	186	—	186	—	PSL Jud										
Edificações	426	(36)	390	4	PSL Adm										
Bens móveis	102	14	116	20	Provisão de Sinistro										
Informática	102	14	116	20	Pagamentos acumulados			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	31/12/2021
Móveis, máquinas e utensílios	101	5	106	10	Após um ano										
Veículos	140	(18)	122	10	Após dois anos										
	955	19	816	10	Após três anos										
	31/12/2019	Constituição	Reversão	31/12/2020	Após quatro anos										
Terrenos	186	—	—	186	Após cinco anos										
Edificações	461	(35)	426	4	Após seis anos										
Bens móveis	156	13	169	20	Após sete anos										
Informática	156	13	169	20	Estimativa corrente										
Móveis, máquinas e utensílios	113	5	118	10	Passivo reconhecido no balanço										
Veículos	207	(67)	140	10	Déficit / Superávit										
	1.123	18	955	19	%										
15. Contas a pagar: 15.1 Obrigações a pagar			31/12/2021	31/12/2020	20. Outros débitos: 20.1 Provisões judiciais:			As provisões para contingências passivas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos e o histórico de perdas; a administração da Seguradora entende que estas provisões são suficientes para fazer frente a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. (a) Processos cíveis: Referem-se a processos movidos por segurados ou terceiros reivindicando o pagamento de coberturas não contratadas nas respectivas apólices ou por outros motivos não relacionados a sinistro. (b) Processos de sinistros: A Seguradora tem registro de processos de sinistros em discussão judicial incluídos na rubrica de "Sinistros a liquidar", que em 31 de dezembro de 2021 apresentava o montante R\$ 11.528 (R\$ 9.768 em 2020). A PSL judicial é estimada de acordo com as normas da SUSEP e/ou nota técnica atuarial aprovada pela SUSEP, conforme previamente estabelecido em política interna. As contingências em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão classificadas conforme a avaliação dos assessores jurídicos está assim representada:							
Fornecedores		47	1.833	Processos cíveis			Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisão	Sinistros judiciais	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisão		
Participação nos lucros e dividendos		2	727	Provável											
Gratificação		15	18	Possível											
		64	2.578	Remota											
15.2 Impostos e encargos sociais a recolher			31/12/2021	31/12/2020	Total - 2021			152	8.521	924	506	68.466	11.528		
IOF sobre prêmios de seguros		704	734	Provável											
INSS		254	233	Possível											
IRRF		323	270	Remota											
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)		44	67	Total - 2020			122	6.929	856	451	43.506	9.768			
Imposto sobre serviço		29	29	Provável											
Outros		(2)	(23)	Possível											
		1.352	1.310	Remota											
15.3 Encargos trabalhistas			31/12/2021	31/12/2020	Chance										

Continuação>>>>

American Life Companhia de Seguros - CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27

nº 967, de 12 de maio de 2009, composto por 27.114.537 ações do Sr. Pedro Pereira de Freitas, 1 ação do Sr. Paulo de Oliveira Medeiros e 1 ação do Sr. Francisco de Assis Fernandes. **21.2 Reservas de reavaliação:** Constituída em períodos anteriores em decorrência das avaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação emitidos por peritos especializados. **21.3 Reservas de lucros:** (a) Reserva legal: A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/1976. (b) Reserva estatutária: A reserva estatutária tem como finalidade preservar a integridade do patrimônio social, evitando a descapitalização resultante da distribuição de lucros não realizados. Serão destinados a essa reserva, em cada período, os lucros líquidos não realizados que ultrapassarem o valor destinado a reserva de lucros a realizar prevista no artigo 197 da Lei nº 6.404/1976. **21.4 Dividendos:** De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual. Em 2021, a Seguradora distribuiu juros sobre o capital próprio sobre o lucro do exercício no montante de R\$ 2.037. A Assembleia Geral dos acionistas realizada em 31 de março de 2021 decidiu pelo cancelamento da distribuição de dividendos relativos a lucros de exercícios anteriores no montante de R\$ 737. **21.5 Patrimônio líquido ajustado e Capital Mínimo Requerido:** A Resolução CNSP no 432/2021 estabelece os critérios de exigência de capital a serem observados para operação de seguros. Essa resolução, em conjunto com a Resolução CNSP no 343/2019, incorporou o capital adicional de risco operacional e alterou a regra de cálculo resultando em um capital regulatório menor a partir de janeiro de 2020. O critério estabelecido define que o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Seguradora deverá ser maior ou igual ao Capital Mínimo Requerido (CMR) no fechamento mensal de seus balancetes. O CMR é composto pelo capital-base e capital de risco, seu valor será o maior entre esses dois valores. O patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido apresentam-se da seguinte:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio líquido	42.671	44.263
(-) Participações societárias	(227)	(234)
(-) Despesas antecipadas	(16)	(37)
(-) Custo de aquisição	(761)	(364)
(-) Créditos tributários - prej. fiscais IR/CS	(1.200)	-
(+) Superávit Provisão de fluxo de prêmio	-	258
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	40.467	43.886
Capital base (a)	8.100	15.000
Capital adicional - risco de subscrição	23.259	24.991
Capital de mercado	2.399	1.504
Capital adicional - risco de crédito	6.759	3.350
Benefício da diversificação	(4.387)	(2.586)
Capital adicional - risco de operações	988	841
Capital adicional de risco (b)	29.044	28.100
Capital Mínimo Requerido (CMR)	29.044	28.100
2021 - maior valor entre (a) e (b)	29.044	28.100
PLA nível 1	37.979	-
PLA nível 2	-	-
PLA nível 3	2.486	-
Suficiência de capital (PLA-CMR)	11.423	15.786
Suficiência %	39%	56%
Ativos Líquidos		
Excesso a necessidade de cobertura de Provisões Técnicas	17.054	20.220
20% do Capital de Risco (CR)	(5.809)	(5.620)
Suficiência de ativos líquidos em relação ao CR	11.245	14.600

24. Variação das provisões técnicas: As provisões técnicas apresentaram a seguinte variação:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de prêmios não ganhos	(79.283)	(44.882)
Riscos vigentes e não emitidos	324	5.984
	(78.959)	(38.898)
25 Custo de aquisição	31/12/2021	31/12/2020
Comissão sobre prêmio emitido	(76.972)	(95.342)
Agenciamento	(1.358)	(734)
Recuperações	(1.335)	(2.530)
Variação das despesas de comercialização	(2.068)	10.608
	(81.733)	(87.998)
26 Outras receitas e despesas operacionais:	31/12/2021	31/12/2020
Receitas operacionais de seguros	3.367	2.051
Consórcio DPVAT	23	121
	3.390	2.172
26.2 Outras despesas	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com cobrança	(125)	(91)
Despesas com administração de apólice contratada	(2.020)	(3.743)
Redução ao valor recuperável	(398)	(1.086)
Outras despesas com operações de seguros e resseguros	(2.124)	(4.639)
	(4.667)	(9.559)
Total	(1.277)	(7.387)
27. Resultado com resseguro:		
27.1 Receitas com resseguro	31/12/2021	31/12/2020
Receitas com resseguro	27.291	19.452
Despesa com sinistro	1.016	1.221
IBNR Resseguro	312	(240)
	28.619	20.433
27.2 Despesa com resseguro	31/12/2021	31/12/2020
Prêmio de resseguro	(133.946)	(69.755)
Variação das despesas de resseguro	79.703	29.421
	(54.243)	(40.334)
Total	(25.624)	(19.901)
28. Despesas administrativas	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com administração / pessoal	(13.616)	(14.110)
Despesas com serviços técnicos de terceiros	(1.528)	(9.981)
Despesas com localização e funcionamento	(1.739)	(1.698)
Despesas com publicidade e propaganda	(167)	(73)
Outras despesas / recuperações	(1.023)	(909)
	(28.073)	(26.771)
29. Despesas com tributos	31/12/2021	31/12/2020
PIS	(763)	(931)
COFINS	(4.695)	(5.730)
Taxa de fiscalização	(2.085)	(1.584)
Outras	(357)	(440)
	(7.900)	(8.685)
30. Resultado financeiro:	31/12/2021	31/12/2020
30.1 Receita financeira	5.009	2.070
Títulos de renda fixa	220	716
Outras	57	1.264
	5.286	4.050
30.2 Despesa financeira	31/12/2021	31/12/2020
Com operações de seguros	154	(1.545)
Impostos de transações financeiras	26	45
Outros	(230)	(954)
Títulos de renda variável	(681)	(4.729)
	(730)	(7.183)
Total	4.556	(3.133)

22. Partes relacionadas: As seguintes transações foram realizadas com partes relacionadas:

Parte Relacionada	31/12/2021				31/12/2020			
	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Fmcr Administradora de Franchising Ltda (i)	-	-	-	619	-	-	-	612
No Ma' am Empreendimentos e Particip. Ltda (ii)	-	-	-	566	-	-	-	509
Segservice Administração e corretagem de Seguros Ltda (iii)	-	-	-	15	-	-	-	20
Protect Administradora e corretagem de seguros Ltda (iv)	-	-	-	7	-	-	-	6
Christian de Freitas Sociedade Individual de Advocacia (v)	-	-	-	631	-	-	-	594

(i) Refere-se à prestação de serviços de consultoria em marketing para a promoção da marca Alesg e seus produtos na rede de franquia e seus clientes. (ii) Refere-se à prestação de serviços para a prospecção de novos clientes (representantes/corretores) e de relacionamento com determinados clientes da Seguradora (iii) Refere-se à prestação de serviços para promoção de vendas de produtos da American Life. (iv) Refere-se à prestação de serviços para promoção de vendas de produtos da American Life. (v) Refere-se à prestação de serviços advocatícios, para os quais contempla também a supervisão das ações judiciais da Seguradora junto aos demais advogados externos. **23. Composição prêmios ganhos, sinistros ocorridos e custos de aquisição:** Os principais ramos em que a Seguradora opera e seus principais indicadores de desempenho são em 31 de dezembro de 2021:

Operacional bruto de resseguro	Prêmios ganhos			Sinistros ocorridos			Custo de aquisição		
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Compreensivo - Resid/Empres.	11	40	1	(3)	(2)	(8)	18%	(8)	20%
Transportes - RCO	35.021	38.870	(14.949)	(12.142)	(7.794)	(31%)	(8.148)	21%	
Auxílio funeral	10.034	9.252	(4.150)	(2.264)	(3.173)	24%	(4.061)	44%	
PCHV	22	37	1	11	(1)	(5%)	(3)	8%	
Prestamista	19.476	31.314	(6.779)	(7.129)	(12.689)	23%	(19.474)	62%	
Acidentes pessoais	19.791	19.840	(3.255)	(1.851)	(9.291)	9%	(9.071)	46%	
Doenças graves ou terminais	31	36	58	(114)	(11)	(187%)	(15)	42%	
Desemprego/Perda de renda	17	15	(41)	(152)	(8)	241%	(7)	47%	
Renda de eventos aleatórios	23	15	(18)	8	(53%)	-	-	0%	
Vida em Grupo	79.331	91.534	(53.479)	(38.172)	(35.060)	67%	(40.439)	44%	
Habitacional	23.182	12.326	(10.189)	(4.189)	(2.405)	44%	(1.175)	10%	
Garantia	38.347	21.798	(17)	-	(11.094)	0%	(5.528)	25%	
Viagem	3.304	4.005	(591)	(4.039)	(167)	18%	(65)	2%	
Total Puro	-	-	13	(78)	-	0%	-	0%	
RCPM	64	14	(4)	-	(37)	6%	(4)	29%	
Riscos de Petróleo	3.663	-	-	-	-	0%	-	0%	
	232.317	229.096	(93.399)	(70.114)	(81.733)	40%	(87.998)	38%	

Operacional líquido de resseguro	Prêmios ganhos			Sinistros ocorridos			Custo de aquisição		
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Compreensivo - Resid/Empresa	5	30	1	(3)	(2)	(8)	40%	(8)	27%
Transportes - RCO	22.846	25.136	(6.397)	(6.166)	(7.794)	28%	(8.148)	32%	
Auxílio funeral	10.031	9.240	(4.150)	(2.264)	(3.173)	25%	(4.061)	44%	
PCHV	22	36	(2)	(10)	(1)	9%	(3)	8%	
Prestamista	18.690	30.513	(6.619)	(6.115)	(12.689)	35%	(19.474)	64%	
Acidentes pessoais	17.586	18.110	(2.349)	(1.368)	(9.291)	13%	(9.071)	50%	
Doenças graves ou terminais	29	33	25	(41)	(11)	(86%)	(15)	45%	
Desemprego/Perda de renda	17	15	(41)	(152)	(8)	241%	(7)	47%	
Renda de eventos aleatórios	23	15	(17)	8	(53%)	-	-	0%	
Vida em Grupo	69.962	83.500	(38.261)	(28.588)	(35.060)	55%	(40.439)	48%	
Habitacional	18.085	9.619	(6.807)	(3.640)	(2.405)	38%	(1.175)	12%	
Garantia	17.768	10.037	(2)	-	(11.094)	0%	(5.528)	55%	
Viagem	2.874	2.464	(169)	(1.264)	(167)	6%	(65)	3%	
Total Puro	-	-	13	(78)	-	0%	-	0%	
RCPM	64	14	(4)	-	(38)	6%	(4)	29%	
Riscos de Petróleo	73	-	-	-	-	0%	-	0%	
	178.075	188.762	(64.779)	(49.681)	(81.733)	36%	(87.998)	47%	

31. Normativos emitidos e ainda não vigentes: O CPC editou os pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs apresentadas abaixo. Em decorrência do compromisso do CPC e da SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam aprovados pela SUSEP. a) O CPC 48/IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" (emitido em novembro de 2009) é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O CPC 48 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Seguradora para seus ativos financeiros no momento de sua adoção. A norma se tornou efetiva para exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2020, mas ainda não foi aprovada pela SUSEP. Contudo, foi concedida uma isenção temporária da aplicação da IFRS 9 para as companhias seguradoras, diferindo sua aplicação para quando da adoção inicial da IFRS 17. b) O CPC 50/IFRS 17, estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º janeiro de 2023, sendo permitida a aplicação antecipada. A seguradora avalia uma mudança e investimentos significativos nos processos operacionais, tecnológicos e atuariais, no que contemple a adoção total da norma. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Seguradora. **32. Eventos Subsequentes:** Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações Financeiras.

Diretoria	Contador	Atuário
Pedro Pereira de Freitas - Diretor Presidente - Francisco de Assis Fernandes - Diretor Paulo de Oliveira Medeiros - Diretor - Vicente de Paula Alves da Cunha - Diretor	Benedito Yukihide Tamashiro - CRC 1SP 196.180/O-3	Marcos Falcão - MIBA 893

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes - Ano-base: 2021

Aos Diretores e Acionistas da American Life Companhia de Seguros
Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS, em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.
Responsabilidade da Administração: A Administração da AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. A Sociedade não operou com retrocessão no ano-base. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.
Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da

análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.
Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP de Prêmios e de Sinistros (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), em seus aspectos mais relevantes, tendo informados à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.
São Paulo, 28 de fevereiro de 2022.
Miki Massui - Atuário MIBA N° 825
Av. Paulista nº 807, conjunto 2315, Bela Vista
São Paulo, SP, CEP 01311-100

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

A Diretoria e Acionistas da American Life Companhia de Seguros
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da American Life Companhia de Seguros ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da American Life Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.
Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras: A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. >>>>

Continuação>>>>

American Life Companhia de Seguros - CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o

ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Deloitte.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

Stone Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 39.876.083/0001-12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e demais interessados, A Stone Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima integrante do Grupo StoneCo. Em conformidade com as disposições legais, estatutárias e regulamentações vigentes apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Stone Seguros S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório do auditor independente. A Stone Seguros S.A., em 05 de janeiro de 2021, após autorização concedida pela Superintendência

de Seguros Privados (SUSEP) pela Portaria SUSEP nº 7.723/21 foi autorizada a operar, pelo tempo determinado de 36 meses em ambiente regulatório experimental ("Sandbox regulatório"), seguros de danos do grupo patrimonial, nos ramos compreensivo residencial e seguros diversos, e seguros de pessoas do grupo pessoas individual. Desempenho Operacional: A Seguradora está em fase pré-operacional e não operou com seguros no exercício de 2021, houve despesas decorrentes da constituição da Seguradora, não havendo qualquer tipo de movimentação de receita. Política de

Distribuição de dividendos: De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício. **Agradecimentos:** Agradecemos o apoio e confiança dos acionistas, aos nossos colaboradores, parceiros, consultores e às autoridades de controle.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2022.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (em milhares de reais, exceto quando indicado)

Balço Patrimonial		Demonstrações do Resultado		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Demonstrações do Fluxo de Caixa	
Ativo	Nota	2021 (Não auditado)	2020 (Não auditado)	Nota	2021 (Não auditado)	Nota	2021 (Não auditado)
Circulante		729	1.000				
Disponível		729	1.000				
Caixas e Bancos		729	1.000				
Total do ativo		729	1.000				
Passivo							
Circulante		140	-				
Contas a pagar		140	-				
Obrigações a pagar		7	140				
Patrimônio líquido		589	1.000				
Capital social		1.000	1.000				
Prejuízos acumulados		(411)	-				
Total do passivo e patrimônio líquido		729	1.000				
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>							
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras							
1. Contexto operacional: A Stone Seguros S.A. ("Seguradora") ou "Stone Seguros", foi constituída em 18 de novembro de 2020 como Stone Participações em Seguros Ltda., tendo sua transformação para sociedade por ações de capital fechado sido deliberada em 7 de dezembro de 2020. A Seguradora é controlada pela STNE Participações S.A. ("STNE Participações") e em última instância pela StoneCo Ltd ("StoneCo"), empresa constituída nas Ilhas Cayman, com capital aberto e negociado com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ com sede na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7221, conjunto 601, 6º andar, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. Em 5 de janeiro de 2021, de acordo com a Portaria nº 7.723 da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), a Stone Seguros foi autorizada a operar, pelo tempo determinado de 36 meses em ambiente regulatório experimental ("Sandbox regulatório"), seguros de danos do grupo patrimonial, nos ramos compreensivo residencial e seguros diversos, e seguros de pessoas do grupo pessoas individual, nos ramos nos ramos 14 e 71 e seguros de pessoas do grupo pessoas individual nos ramos 29 e 81, em todo território nacional. O Sandbox regulatório visa possibilitar a implantação de projetos inovadores que apresentem produtos e/ou serviços a serem ofertados no âmbito do mercado de seguros e que sejam desenvolvidos ou oferecidos a partir de novas metodologias, processos, procedimentos, ou de tecnologias existentes aplicadas de modo diverso. O Sandbox regulatório é regido pela Resolução nº 381/20 e alterações do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") e a Circular nº 598/20 da SUSEP e alterações. A Stone Seguros permanece em fase pré-operacional. 2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") quando referendados pela SUSEP. Na elaboração das presentes demonstrações, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 648/21. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de fevereiro de 2022. As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Seguradora e a moeda de apresentação. 3. Descrição das práticas contábeis: As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão em conformidade com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela SUSEP, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as Socieda-							

des Seguradoras, através da Circular SUSEP 648/21. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias. **b) Apreciação do resultado:** As despesas são apresentadas na demonstração de resultado pelo regime de competência. Essas despesas referem-se aos gastos relacionados a manutenção do negócio e incluem associações de classe, honorários advocatícios, consultorias e assessorias e despesas financeiras. **c) Ativos e passivos contingentes:** As provisões judiciais são avaliadas de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Seguradora não possui processos contingentes em andamento. **d) Impostos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. E são determinados, usando aliquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados. De acordo com a legislação tributária brasileira, o prejuízo fiscal pode ser utilizado para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não expira. **4. Principais julgamentos e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis da Seguradora descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. Na condição pré-operacional da Seguradora, não houve necessidade de estabelecimento de qualquer estimativa, julgamento e/ou premissa para as posições financeiras e de resultados apresentadas nestas demonstrações financeiras. **5. Normas Internacionais de Contabilidade emitidas e não vigentes:** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC editou os pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRS novas e revisadas apresentadas abaixo. Em decorrência do compromisso do CPC e da SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam

para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às cir-

estâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 28 de fevereiro de 2022.

Ernst & Young
Auditores Independentes S.S. Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
CRC-2SP034519/O-6 Contador CRC-1SP300534/O-8

Data Mercantil - A melhor opção para sua empresa
Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br



Suhai Seguradora S.A.

CNPJ/MF nº 16.825.255/0001-23

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Suhai Seguradora S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apuradas com base na regulamentação vigente. A Suhai Seguradora S.A. foi constituída em 04 de julho de 2012, autorizada pela SUSEP em 21 de janeiro de 2013 a operar com seguros de danos. Tendo como foco principal a cobertura de seguro contra roubo/furto, perda total e responsabilidade civil – veículos, no segmento de automóveis, a Suhai Seguradora S.A. tem como proposta oferecer coberturas adequadas às necessidades específicas de seus clientes, atuando como uma opção às tradicionais ofertas de cobertura compreensivas, mais comuns no mercado brasileiro. **Resultado e**

evolução patrimonial: Em 2021 a pandemia ganhou novos contornos, picos de contaminação e mortes levaram a novos lockdowns e restrições, que limitaram o comércio mundial e aprofundaram o desarranjo na economia mundial. A inflação atingiu picos históricos no mundo, e no Brasil o IPCA encerrou o ano em 10,06%. A economia apresentou recuperação no ano, crescendo 4,7%. Com isso, o desemprego reduziu de 14,7% no começo de 2021 para 12,1% em dezembro de 2021. A taxa de juros referencial no Brasil, a Selic, foi fortemente reajustada em 2021 para ajudar a conter a inflação, subindo de 2% em janeiro de 2021 e para 9,25% em dezembro. Para 2022 já se espera a Selic chegando em 12%, e economia estagnada e inflação mais perto da meta do governo. A Suhai ampliou

mais uma cobertura em 2021, lançando a Responsabilidade Civil Veículo, ampliando suas coberturas atenta às demandas dos clientes e oportunidades de mercado. Atualmente oferece cobertura de furto/roubo, perda total e RCF-V. Alcançou um crescimento de 30,6% em prêmios ganhos, totalizando R\$ 444 milhões. A sinistralidade foi de 55,4%, 0,8 ponto percentual maior em relação a dezembro de 2020, que foi de 54,6%. Os ativos totalizaram R\$ 671 milhões, com provisões técnicas na ordem de R\$ 399,1 milhões. O patrimônio líquido teve um crescimento de R\$ 24,1 milhões (bruto de JCP), indo de R\$ 69,8 milhões para R\$ 93,9 milhões, como resultado de capitalizações e do lucro no período. São Paulo, 28 de fevereiro de 2021.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (em milhares de reais, exceto quando indicado)

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
	Nota	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO			
Circulante		652.950	446.009
Disponível		922	321
Caixa e bancos		922	321
Aplicações		241.653	174.872
Créditos das operações com seguros e resseguros		255.010	158.187
Prêmios a receber	5.1	188.552	126.178
Operações com resseguradoras	7.1	66.321	31.876
Outros créditos operacionais	7.2	137	133
Títulos e créditos a receber		8.220	5.167
Créditos tributários e previdenciários	8.1	1.819	1.216
Depósitos Judiciais		-	17
Outros créditos	8.2	6.401	3.934
Outros valores e bens		19.051	12.547
Bens a venda	9	19.051	12.547
Despesas Antecipadas		2.105	305
Custos de aquisição diferidos		68.349	52.631
Seguros	10	68.349	52.631
Ativos de Resseguro e Retrocessão Diferidos		57.640	41.979
Prêmio de Resseguro Diferido - PPNG	11	-	1.299
Sinistros		50.623	37.476
IBNR		5.350	1.959
Provisão Despesas Relacionadas - PDR		1.667	1.245
Ativo não Circulante		18.042	6.747
Realizável a longo prazo		8.914	-
Outros valores e bens		8.914	-
Ativos de direitos de uso - arrendamentos	12.1	8.914	-
Imobilizado		9.128	6.747
Bens móveis	13	4.390	1.753
Outras imobilizações		4.738	4.994
Total do Ativo		670.992	452.756
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante		568.957	382.855
Contas a pagar		28.475	27.548
Obrigações a pagar	14.1	6.637	10.483
Impostos e encargos sociais a recolher	14.2	17.216	11.305
Encargos trabalhistas		1.305	1.261
Impostos e contribuições	14.3	3.214	4.380
Outras contas a pagar		103	119
Débitos das operações com seguros e resseguros		140.140	83.993
Prêmios a restituir		428	226
Operações com resseguradoras	15.1	125.573	74.688
Corretores de seguros e resseguros	15.2	13.970	8.910
Outros débitos operacionais		169	169
Provisões técnicas - seguros		399.060	271.314
Danos	16.1	399.060	271.314
Outros débitos		1.282	-
Passivos de arrendamentos	12.2	1.282	-
Não Circulante		8.144	57
Outros débitos		8.144	57
Provisões judiciais	17	235	57
Passivos de arrendamentos	12.2	7.909	-
Patrimônio Líquido		93.891	69.844
Capital social		47.781	44.925
Reservas de Lucros		46.595	24.919
Ajustes de avaliação patrimonial		(485)	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		670.992	452.756

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Suhai Seguradora S.A. (doravante "Companhia") foi constituída em 04 de julho de 2012, conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada na mesma data e foi autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº 5.118, de 21 de janeiro de 2013. A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado. A Companhia tem por objeto social operar com seguros de danos, sobretudo no ramo de automóveis, em todo território nacional. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 28 de fevereiro de 2021. **2. Base de elaboração e apresentação:** **2.1. Base de preparação:** Em consonância com os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendados pela SUSEP, e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com a referida circular e seguem os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1). As demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, as demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto, a demonstração do resultado abrangente e as respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, cujas principais modificações em relação ao formato de apresentação foram: (i) as Provisões técnicas passam a ser apresentadas por grupo de ramos de seguros; (ii) as despesas com monitoramento e antifurto estão sendo apresentadas no grupo "Custos de aquisição". **2.2. Base para mensuração, moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$) e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A moeda funcional da Companhia é o Real. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos considerados na aplicação das práticas contábeis, que apresentam efeitos significativos nos saldos registrados nas demonstrações financeiras e, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão relacionadas à marcação a mercado dos ativos financeiros. As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **2.4. Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **3. Principais políticas contábeis:** **3.1. Disponível (Caixa e equivalentes de caixa):** Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias a contar da data de aquisição ou de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor justo de mercado. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não detinha nenhum item de caixa e equivalente de caixa classificado como "caixa restrito", bem como itens de caixa e equivalente de caixa dados como garantias a terceiros. **3.2. Ativos financeiros:** Um ativo financeiro é classificado no momento do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: • Valor justo por meio do resultado; e • Empréstimos e recebíveis. A Circular SUSEP nº 517 e alterações posteriores estabelece que os ativos financeiros para cobertura técnica devem ser registrados a valor justo por meio do resultado. **3.2.1. Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. **3.2.2. Empréstimos e recebíveis:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. A Companhia não possui operações com empréstimos na data de encerramento das demonstrações contábeis. **3.2.3. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos na data de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias nem efetuou transações com instrumentos derivativos durante o período. **3.3. Passivos financeiros:** Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente a valor justo. **3.4. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação no futuro. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas,

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	Capital Social	Aumento/Redução Capital em aprovação	Reserva de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados
			Reserva legal	Reserva estatutária		
Em 31 de dezembro de 2019	37.414	7.511	528	6.441	-	51.894
Portaria SUSEP N.º 299 de 15/04/2020	6.000	(6.000)	-	-	-	-
Portaria SUSEP N.º 322 de 29/04/2020	1.511	(1.511)	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	20.692
Juros remuneratórios sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(2.742)
Constituição da Reserva Legal	-	-	1.035	-	-	(1.035)
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	16.915	-	(16.915)
Em 31 de dezembro de 2020	44.925	-	1.563	23.356	(485)	69.844
AGE de 31/03/2021	-	-	2.856	-	-	2.856
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(485)	(485)
Portaria SUSEP N.º 401 de 22/09/2021	2.856	(2.856)	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	25.028
Juros remuneratórios sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(3.352)
Constituição da Reserva Legal	-	-	1.251	-	-	(1.251)
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	20.425	-	(20.425)
Em 31 de dezembro de 2021	47.781	-	2.814	43.781	(485)	93.891

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Prêmios emitidos	19.1	544.359	382.727
Variação das provisões técnicas de prêmios		(99.942)	(42.471)
Prêmios ganhos		444.417	340.256
Sinistros ocorridos	19.2	(246.113)	(185.795)
Custos de aquisição	19.3	(114.481)	(93.547)
Outras receitas e despesas operacionais		(25.497)	(17.914)
Resultado das operações de resseguros		(5.165)	(4.136)
Despesas administrativas	19.4	(52.107)	(37.116)
Despesas com tributos		(15.392)	(11.334)
Resultados financeiro	19.5	57.464	42.936
Resultado operacional		43.126	33.350
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		-	(214)
Resultado antes dos impostos e participações		43.126	33.136
Imposto de renda	20	(10.222)	(7.254)
Contribuição social	20	(6.921)	(4.495)
Participações sobre o lucro		(955)	(695)
Lucro do exercício		25.028	20.692
Quantidades de ações		44.873.094	43.110.026
Lucro por ação - R\$		0,56	0,48

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
	31.12.2021	31.12.2020	
Lucro Líquido do Exercício	25.028	20.692	
Outros Resultados Abrangentes	(485)	-	
Resultado Abrangente do Exercício, Líquido dos Impostos	24.543	20.692	

sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **3.5. Classificação dos contratos de seguros:** Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurador, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado é classificado como um contrato de seguro. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão da respectiva apólice ou pelo início da vigência do risco para riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio da constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. **3.6. Ativos e passivos de resseguros:** Ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exige a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem (i) os prêmios de resseguros diferidos referente à cobertura não proporcional e (ii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que ainda não foram recuperadas junto ao ressegurador. **3.7. Provisões Técnicas:** As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis no Brasil, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais – NTA. **O Custo de Aquisição Diferido – CAD** é constituído pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriados ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido – vigência da apólice. São considerados como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros angariados e os custos com aquisição de seguro diretamente atribuíveis à apólice e que sejam incrementais e variáveis. **A Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG** é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios emitidos e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período de risco a decorrer na data-base de cálculo. **A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes Não Emitidos – PPNG-RVNE** corresponde a uma parcela estimada da PPNG referente a riscos cuja vigência já tenha se iniciado em um determinado mês, mas cuja emissão ocorreu em meses posteriores e, portanto, não foram contemplados no cálculo da PPNG constituída para o mês de referência. **A Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL** é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, realizado por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros. Esta provisão é reavaliada no decorrer do processo até a liquidação ou encerramento do processo. **A Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados – IBNR** representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das demonstrações financeiras. A metodologia de cálculo utilizada contempla e destaca a parcela da Provisão de Sinistros Ocorridos Não Suficientemente Reportados – IBNER, provisão adicional à Provisão de Sinistros a Liquidar, que tem como objetivo estimar os valores dos ajustes que os sinistros a liquidar sofrerão até o seu encerramento. Esta provisão é calculada com técnicas estatísticas e atuariais com base no desenvolvimento histórico dos sinistros. **Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Estimados – IBNeR** representa o montante esperado que será pago a mais sobre a PSL constituída referente a flutuação nos valores a liquidar em função de ajustes posteriores sobre a PSL estimada. Esta provisão é calculada com técnicas atuariais e estatísticas com base no desenvolvimento histórico dos sinistros. **A Provisão de Despesas Relacionadas – PDR** representa o montante esperado de despesas ainda não pagas ou suficientemente reservadas, relacionadas aos sinistros ocorridos. **3.8. Ativos e passivos de arrendamento:** A empresa possui direito de uso de arrendamento adquirido por meio do contrato de aluguel do prédio comercial onde estão localizadas as operações da empresa, à Al Irac, 523 – Moema – São Paulo/SP. O ativo de uso mencionado refere-se alocação cujo contrato foi iniciado em maio de 2019 e possui validade até maio de 2029. Vale ressaltar que a taxa real utilizada para a apuração do valor presente do arrendamento é de 11,42% a.a. Os valores dos ativos e passivos de arrendamento estão demonstrados na nota explicativa nº 12.1. **3.9. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados mensalmente com base no lucro tributável real mensal às alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. **3.10. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. **3.11. Teste de Adequação do Passivo:** Em atendimento a Circular Susep nº 517, de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, foi elaborado o estudo atuarial para Teste de Adequação de Passivos – TAP, que consiste na verificação se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Depois de finalizado o Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2021 concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões técnicas constituídas, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. **3.12. Benefícios a empregados:** A Companhia oferece benefícios de curto prazo, como plano de assistência à saúde e complemento de previdência privada, que são mensurados e lançados ao resultado conforme incorridos. Adicionalmente, a Companhia oferece participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei no 10.101/2000 e a convenção coletiva de trabalho, devidamente acordado com os funcionários e o sindicato da categoria. O Acordo coletivo prevê o pagamento de um mínimo como participação nos lucros, mesmo que não ocorra apuração de lucro no período. **3.13. Novas normas de interpretação ainda não adotadas: CPC 48 – Instrumentos Financeiros:** O CPC 48 – Instrumentos Financeiros inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e "desreconhecimento" de instrumentos financeiros da IAS 39. O CPC 48 – Instrumentos Financeiros é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. O CPC 48 – Instrumentos Financeiros não foi homologado pela Susep e ainda não está sendo considerado na preparação das demonstrações financeiras das empresas supervisionadas. **IFRS 17 – Contratos de seguros:** O IFRS 17 – Contratos de seguros - estabelece princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido. Possui vigência a partir de exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 e somente será aplicável pela organização, quando referendado pela SUSEP. **4. Gerenciamento de riscos:** A SUSEP estabelece que as entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais avaliem de forma geral a sua exposição aos seguintes riscos, provenientes de suas opera-

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO						
	31.12.2021	31.12.2020				
Lucro líquido do semestre	25.028	20.692				
Ajustes Para:						
Depreciação e amortização	2.247	424				
Atividades operacionais:						
Ativos financeiros	(66.781)	(48.653)				
Créditos das operações de seguros e resseguros	(96.823)	(49.054)				
Ativos de resseguro	(15.660)	18.292				
Créditos fiscais e previdenciários	(603)	(921)				
Títulos e créditos a receber	(2.466)	(3.064)				
Depósitos Judiciais	16	-				
Custos de Aquisição Diferidos	(15.718)	(6.638)				
Despesas Antecipadas	(1.800)	(237)				
Outros ativos	(16.651)	(7.947)				
Impostos e encargos sociais a recolher	5.911	2.144				
Impostos e contribuições	(1.166)	3.496				
Outras contas a pagar	(4.303)	5.684				
Débitos de operações com seguros e resseguros	56.147	13.066				
Provisões técnicas - seguros e resseguros	127.746	57.894				
Outros passivos	9.370	4				
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	4.494	5.182				
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas operações	4.494	5.182				
Atividades de investimento						
Imobilizado:	(3.397)	(2.358)				
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	(3.397)	(2.358)				
Atividades de financiamento						
Aumento do Capital social	2.856	-				
Juros sobre capital próprio	(3.352)	(2.742)				

continuação | Suhai Seguradora S.A.

Ramo	31.12.2021					Total geral
	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	
Automóvel (Casco)	11.688	4.680	20.783	408.440	31.732	477.323
Assistência	1.611	757	3.066	41.916	4.036	51.386
RC Facultativa Veículos	5	2	8	13.950	1.685	15.650
Total geral	13.304	5.439	23.857	464.306	37.453	544.359

Ramo	31.12.2020					Total geral
	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	
Automóvel (Casco)	9.992	3.708	16.294	328.948	23.785	382.727
Total geral	9.992	3.708	16.294	328.948	23.785	382.727

4.6. Gestão de capital: O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar os retornos sobre capital aos acionistas. A Companhia apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pela CNSP e SUSEP. **5. Aplicações:** 5.1. **Ativos financeiros (ao valor justo por meio do resultado):** A classificação das aplicações financeiras por categoria é apresentada da seguinte forma em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

31.12.2021	De 01 a 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de mercado	Valor de custo	%
	Valor justo por meio do resultado	81.066	8.423	9.588	142.576	241.653	241.653
Fundo de Investimentos	80.261	-	-	80.261	80.261	80.261	33%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	8.423	7.769	133.046	149.238	149.238	62%
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	4.026	4.026	4.026	2%
Letras Financeiras Patrimoniais	-	-	1.819	5.504	7.323	7.323	3%
Certificado Depósito Bancário - CDB	805	-	-	805	805	805	0%
Total	81.066	8.423	9.588	142.576	241.653	241.653	100%

Os ativos financeiros marcados a valor justo pelo resultado seguem os critérios adotados na determinação dos valores de mercado, conforme estabelecido no CPC 46, de Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. **5.2. Movimentação das aplicações:**

	31.12.2020	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Desvalores	31.12.2021
Fundo de Investimentos	1.585	340.315	(264.547)	2.908	-	80.261
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	138.131	42.768	(38.814)	6.736	417	149.238
Notas do Tesouro Nacional - NTN	26.971	8.054	(29.841)	155	(1.313)	4.026
Letras Financeiras Patrimoniais	6.767	-	-	1.006	(450)	7.323
Certificado Depósito Bancário - CDB	1.418	-	(656)	43	-	805
Circulante	174.872	391.137	(333.858)	10.848	(1.346)	241.653

6. Ativos em cobertura de provisões técnicas:

	31.12.2021	31.12.2020
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	149.238	138.131
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.026	26.971
Certificado Depósito Bancário - CDB	805	1.418
Letras Financeiras Patrimoniais	7.323	6.767
Fundo de Investimentos	79.938	-
Total dos ativos em cobertura	241.330	173.287
Provisões Técnicas - seguros	399.060	271.314
(-) Direitos Creditórios (*)	(159.303)	(103.203)
(-) CAD redutor de PPNG	(19.381)	(17.840)
(-) Ativos de resseguro	(57.640)	(40.680)
Total a ser coberto	162.736	109.591
Excedente de Cobertura	78.594	63.696

(*) A Companhia utiliza os direitos creditórios como redutor da necessidade de cobertura por ativos garantidores com base nos prêmios a receber, na proporção dos riscos a decorrer, considerando cada parcela não vencida, na data-base de cálculo, liquidadas das parcelas cedidas em cosseguro e dos montantes relativos aos ativos de resseguro, conforme Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores. **7. Crédito das operações com seguros e resseguros:** 7.1 Prêmios a receber:

Ramo	31.12.2021				Período médio de parcelamento Mensal
	Prêmios a Receber de Segurados	Redução ao Valor Recuperável	Prêmios a Receber Líquido	Período médio de parcelamento Mensal	
Automóvel (Casco)	157.794	-	157.794	6,05	
Assistência	21.942	-	21.942	6,05	
RC Facultativa Veículos	8.816	-	8.816	6,05	
Total	188.552	-	188.552	6,05	

Ramo	31.12.2020				Período médio de parcelamento Mensal
	Prêmios a Receber de Segurados	Redução ao Valor Recuperável	Prêmios a Receber Líquido	Período médio de parcelamento Mensal	
Automóvel (Casco)	126.178	-	126.178	6,03	
Assistência	21.942	-	21.942	6,05	
RC Facultativa Veículos	8.816	-	8.816	6,05	
Total	156.936	-	156.936	6,04	

A Companhia mantém políticas de cobrança e cancelamento de prêmios vencidos e não pagos há mais de 60 dias. A administração considerou em 31 de dezembro de 2021 que estes instrumentos foram suficientes para evitar perdas referentes aos prêmios a receber e optou em não constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa. **7.2 Operações com resseguradoras:**

	31.12.2021	31.12.2020
Sinistros a recuperar	61.985	26.786
Outros créditos	4.336	5.090
Total	66.321	31.876

8. Títulos e créditos a receber: 8.1 **Créditos tributários e previdenciários**

	31.12.2021	31.12.2020
PIS e COFINS a compensar	8	8
Impostos de renda a compensar	279	279
Contribuição social a compensar	151	151
Créditos de ajustes temporais - IRPJ e CSLL	1.381	778
Total	1.819	1.216

8.2 Outros créditos a receber

	31.12.2021	31.12.2020
Títulos a receber	1.074	533
Adiantamentos a funcionários	91	100
Adiantamentos administrativos	1.114	948
Outros créditos (*)	4.122	2.353
Total	6.401	3.934

(*) referem-se a recebimentos de prêmios ocorridos no último dia do mês, cujo crédito bancário foi realizado no primeiro dia útil do mês seguinte. **9. Bens à Venda:** Refere-se a salvados de sinistros e prazo médio de vendas está em 52 dias. **10. Custos de aquisição diferidos - vigência do risco:**

Ramo	31.12.2020	Constituição/(Reversão)	31.12.2021
Automóvel (Casco)	52.631	4.568	57.199
Assistência	-	8.305	8.305
RC Facultativa Veículos	-	2.845	2.845
Total	52.631	15.718	68.349

Ramo	31.12.2019	Constituição/(Reversão)	31.12.2020
Automóvel (Casco)	45.992	6.639	52.631
Total	45.992	6.639	52.631

Os custos de aquisição diferidos são representados por comissões sobre prêmios emitidos, custos com assessorias e custos equipamentos de rastreamento diferidos pró-rata dia com base na vigência das apólices. O prazo máximo para diferimento é de 12 meses. **11. Ativos de resseguro e retrocessão diferidos:**

	31.12.2021	31.12.2020
Prêmio de Resseguro Diferido - PPNG	-	1.299
Sinistros de Resseguros	50.623	37.476
IBNR	5.350	1.959
Provisão de Despesas Relacionadas-PDR	1.667	1.245
Total	57.640	41.979

12. Outros valores e bens: 12.1 **Ativos de direito de uso - arrendamentos:** A movimentação de saldo do ativo de direito de uso é evidenciada abaixo:

	31.12.2021	31.12.2020
Adoção inicial	11.447	-
Depreciação acumulada	(2.533)	-
Saldo do ativo de direito de uso	8.914	-

12.2 Passivos de arrendamento: A movimentação dos saldos dos passivos de arrendamentos é apresentada no quadro abaixo:

	31.12.2021	31.12.2020
Circulante	1.320	-
Arrendamentos a pagar	(38)	-
Juros a transcorrer	-	-
Saldo do passivo de arrendamento	1.282	-

	31.12.2021	31.12.2020
Arrendamentos a pagar	8.415	-
Juros a transcorrer	(506)	-
Saldo do passivo de arrendamento	7.909	-
Total geral	9.191	-

A companhia apresenta no quadro abaixo, a análise de seu contrato com base nas datas de vencimento:

Vencimento das prestações	31.12.2021	31.12.2020
Até 1 ano	1.320	-
Entre 1 e 2 anos	1.320	-
Entre 2 e 4 anos	2.640	-
Entre 4 e 6 anos	2.640	-
Entre 6 e 7 anos	1.815	-
Juros embutidos	(544)	-
Saldo do passivo de arrendamento	9.191	-

A demonstração de resultado incluiu os seguintes montantes relacionados a arrendamento:

	31.12.2021	31.12.2020
Encargo de depreciação do ativo de direito de uso	1.232	-
Despesas financeiras de arrendamento	29	-
Total geral	1.261	-

13. Imobilizado:

Descrição	Taxa ao ano	Saldo em		Depreciação	Saldo em
		31.12.2020	Aquisição		
Equipamentos	20%	1.551	3.378	(699)	4.230
Móveis, Máquinas e Utensílios	10%	202	3	(45)	160
Total bens móveis		1.753	3.381	(744)	4.390
Beneficiárias em Imóveis de Terceiros	20%	4.994	16	(272)	4.738
Total outras imobilizações		4.994	16	(272)	4.738
Total imobilizado		6.747	3.397	(1.016)	9.128

Descrição	Taxa ao ano	Saldo em		Depreciação	Saldo em
		31.12.2019	Aquisição		
Equipamentos	20%	126	1.549	(124)	1.551
Móveis, Máquinas e Utensílios	10%	156	78	(32)	202
Total bens móveis		282	1.627	(156)	1.753
Beneficiárias em Imóveis de Terceiros	20%	4.531	731	(268)	4.994
Total outras imobilizações		4.531	731	(268)	4.994
Total imobilizado		4.813	2.358	(424)	6.747

14. Contas a pagar: As contas a pagar da Companhia são representadas por:

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores	2.843	6.279
Honorários e remunerações a pagar	64	509
Dividendos, Bonificações e Juros sobre capital próprio a pagar	2.850	2.856
Participação de lucros a pagar	878	726
Pagamentos a efetuar	2	113
Total obrigações a pagar	6.637	10.483

14.2. Impostos e encargos sociais a recolher

	31.12.2021	31.12.2020
Imposto Sobre Operações Financeiras - IOF	15.101	10.198
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	572	251
Imposto sobre serviços - ISS	822	359
Contribuições previdenciárias	500	356
Contribuições para o FGTS	94	86
Outros impostos e encargos sociais	127	56
Total impostos e encargos sociais a recolher	17.216	11.305

14.3. Impostos e contribuições

	31.12.2021	31.12.2020
Imposto de Renda (-) antecipações	282	638
Contribuição social sobre o lucro líquido (-) antecipações	218	393
COFINS	2.164	2.804
PIS	352	456
Outros impostos	198	89
Total impostos e encargos sociais a recolher	3.214	4.380

15. Débitos das operações com seguros e resseguros: As contas dos débitos das operações com seguros e resseguros da Companhia são representadas por:

	31.12.2021	31.12.2020
Operações com resseguradoras		
Prêmios	66.661	34.000
Salvados e adiantamento de sinistros	58.912	40.688
Total	125.573	74.688

15.2. Corretores de seguros e resseguros:

	31.12.2021	31.12.2020
Comissões	13.970	8.910
Total	13.970	8.910

16. Provisões técnicas-seguros: 16.1 **Provisões técnicas:**

	31.12.2021	31.12.2020
Prêmios não Sinistros a Ocorridos mas não Avisados	323.389	64.625
Provisão despesas relacionadas	2.389	-
Outras Provisões	-	-
Total	323.389	64.625

	31.12.2021	31.12.2020
Prêmios não Sinistros a Ocorridos mas não Avisados	223.447	43.993
Provisão despesas relacionadas	2.299	1.575
Outras Provisões	-	-
Total	223.447	43.993

16.2 Desenvolvimentos de sinistros

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
I - Bruto de Resseguro	-	-	-	-	-	-
Provisão de Sinistros a Liquidar ADM + JUD	-	-	-	-	-	63.443
II - Sinistros Administrativos - Bruto de Resseguro	-	-	-	-	-	-

	2016	2017	2018
--	------	------	------

Publicidade Legal

continuação | Suhai Seguradora S.A.

de 2020) entre as partes relacionadas. A Companhia remunerou seus administradores no período findo em 31 de dezembro de 2021 no valor total de R\$ 1.612 (R\$ 358 em 2020), incluindo encargos e benefícios. **23. Impactos e efeitos do COVID-19:** Como resultado da extensão do período de pandemia de Covid-19, a Suhai Seguradora passou por uma desaceleração na receita no primeiro trimestre de 2021. Com a nova lockdown decretado em março de 2021, a Suhai Seguradora enfrentou uma queda de 9% nas vendas diárias, comparado com fevereiro de 2021, resultado em aproximadamente \$ 8 milhões em prêmios diretos. Como efeito do lockdown, por outro lado, a sinistralidade foi menor que

a média de 2021, de 55,2%, sendo 48,2% no primeiro semestre, gerando uma economia de \$ 10 milhões. Por outro lado, efeito o aumento dos custos de peças e preços de veículos, que impactou o mercado segurador por estar com preços desajustados elevou a sinistralidade da Suhai para 61% no segundo semestre, impactando negativamente o resultado em \$ 5 milhões. Excetuando os impactos acima, a Suhai Seguradora não sofreu outras oscilações em virtude da pandemia de Covid 19. Não foram realizadas demissões em massa ou reajustes de contratos e negociação por conta de impactos operacionais. **24. Mudanças normativas SUSEP:** Resolução CNSP 416 de 21.07.2021 – dispõe

sobre o sistema de controles internos, estrutura de gestão de riscos e a atividade da auditoria interna, em vigor a partir de 03.01.2022; Circular Susep 648 de 12.11.2021 – revoga a Circular Susep 517 e outras, em vigor a partir de 03.01.2022; Resolução CNSP 432 de 12.11.2021 – altera a Resolução CNSP 321/2015, em vigor a partir de 01.01.2022; Circular Susep 650 de 26.11.2021 – estabelece procedimentos para a elaboração e envio à Susep do Relatório Consolidado Prudencial, em vigor a partir de 03.01.2022; **25. Eventos subsequentes:** Até o encerramento das demonstrações financeiras não detectamos eventos subsequentes a serem informados.

Diretor Presidente: Fernando Correa Soares

DIRETORIA
Diretor: Alexandre Chaves Staffa
Diretor: Jorge Martinez Camarinha da Silva

Contador: Maurício Gonçalves Camilo Pinto – CRC 1SP145786/O-7
Atuário: Marcos Falcão – MIBA 893

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Diretores e Acionistas da SUHAI SEGURADORA S.A. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores reductores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da SUHAI SEGURADORA S.A., em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da SUHAI SEGURADORA S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores reductores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados ao pará-

grafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores reductores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da SUHAI SEGURADORA S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. A Sociedade não operou com retrocessão no ano-base. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores reductores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado

e dos limites de retenção da SUHAI SEGURADORA S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Prêmios e Sinistros e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), em seus aspectos mais relevantes, tendo sido comunicado pela Sociedade à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2022.

Miki Massui – Atuária MIBA nº 825

Av. Paulista nº 807, conjunto 2315, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01311-100

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da Suhai Seguradora S.A. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Suhai Seguradora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suhai Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: O exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, datado de 12 de fevereiro de 2021. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como

necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de

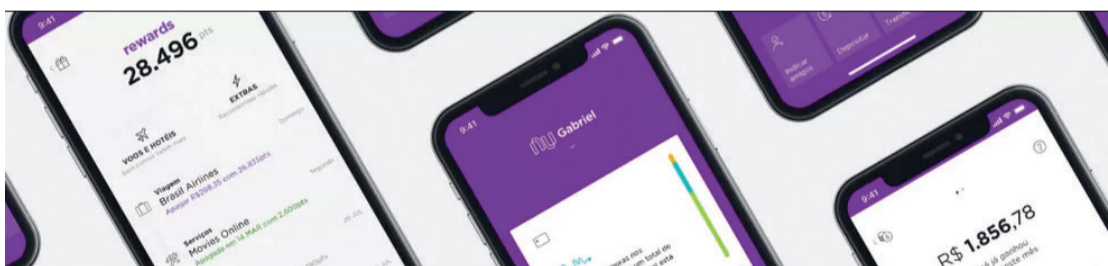
procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2022

Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
Grant Thornton Auditores Independentes

CT CRC 1SP-260.164/O-4
CRC 2SP-025.583/O-1

No Nubank, 53,9 milhões de clientes e um desafio: crescer a receita média



Passados pouco mais de dois meses depois de captar US\$ 2,8 bilhões em seu IPO e se tornar a instituição financeira mais valiosa da América Latina, o Nubank enfrentou na terça-feira, 22 de fevereiro, seu primeiro teste para provar que pode sustentar esse status sob os olhos atentos do mercado a cada trimestre.

Ao divulgar o balanço do quarto trimestre e do ano de 2021, um dos cartões de visita nesse primeiro diálogo oficial pós-IPO com os investidores e analistas foi o alcance, ao fim desse período, de uma base de 53,9 milhões de clientes, contra os 33,3 mi-

lhões que compunham a base da fintech, um ano antes.

“Hoje, nossa proposta de valor é muito mais robusta e abrangente”, disse David Vélez, cofundador e CEO do Nubank, em videoconferência com analistas. “E isso nos ajuda a convencer aqueles céticos que diziam ser difícil que nós tivéssemos muitas soluções bancárias.”

Depois de ir muito além do “cartão de crédito roxo” que lhe deu fama, ao adicionar mais produtos ao seu portfólio, e de atrair uma base consistente de clientes, agora, o Nubank tem uma outra oportunidade – e um desafio – pela frente: ampliar a recei-

ta média desses correntistas.

Os números e métricas mostrados no balanço mostram como esse quadro está evoluindo e dão uma perspectiva do que pode estar por vir. Entre outubro e dezembro de 2021, a receita média mensal por cliente ativo foi de US\$ 5,6, um crescimento de 66,2% comparado ao mesmo período, um ano antes.

O indicador veio acima das projeções de analistas. No UBS e no Citi, que previam, respectivamente, uma base de 52 milhões e de 51 milhões de clientes, a estimativa era de que a receita média por usuário no período fosse de US\$ 5.

Neofeeld

Riachuelo faz parceria com IPT para reciclagem de roupas

A Riachuelo firmou parceria com o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) para desenvolver em larga escala a chamada circularidade em circuito fechado, o que permite transformar os resíduos têxteis em um novo fio para confeccionar novas peças.

A empresa diz que o investimento, que envolve cerca de R\$ 2 milhões e dois anos de pesquisa, prevê estudos nas vias física e química para desenvolver o novo fio, que será usado em produtos da marca.

A medida reduziria o

descarte e a dependência de matéria-prima virgem, priorizando o resíduo das fábricas e as roupas doadas por clientes em lojas.

A ideia, segundo a Riachuelo, é dar o novo destino a cerca de 4 mil toneladas de materiais têxteis por ano.

A empresa tem um programa de reciclagem que destina cerca de 60% das peças recolhidas para venda em bazares de seu programa com a Liga Solidária, 20% são doadas para populações carentes e o restante é reciclado, mas fora do setor do vestuário.

Joana Cunha/Folhapress

